

Novo normal

Paulo Henrique Pereira Mota

Carlos estava atrasado para a reunião de conselho popular do bairro – data decidida coletivamente no último encontro, há uma semana. Discutiam-se as ações que cada sujeito deveria tomar individual e coletivamente sobre a alimentação cotidiana. Foi uma pauta encaminhada na última reunião, na qual discutiam sobre as práticas necessárias do governo para voltarem a uma economia estável e ecológica. Na reunião, Carlos expressou seu incômodo por ter de se obrigar a consumir menos carne de animal:

– Essa é a única maneira de voltarmos à vida normal? Não gostaria de substituir a carne de animal por outros alimentos!

Todos concordaram com Carlos sobre o problema da mudança repentina de hábito alimentar. Mas a maioria decidiu reduzir o consumo de carne de animal em nome da reconstrução da sociedade. Questão encaminhada. Reunião encerrada. Agora, em vez de comerem uma vez por semana, comerão uma vez por mês.

Ninguém sabia ao certo quanto tempo o novo normal duraria. O terremoto destruíra metade das construções do país; por isso o desmatamento das florestas aumentará e a indústria ficará mais produtiva. O povo tomara consciência do desastre natural em instantes: diversas notificações do governo apareciam no celular de todos. Não somente sobre o evento, mas também sobre as conseqüências econômicas, culturais, morais e éticas sobre cada indivíduo. Sem estabelecer leis. O governo popular orientava a população para que discutissem os próximos passos que a sociedade deveria tomar. Essas questões deveriam ser incluídas nas pautas das reuniões semanais dos conselhos populares dos bairros. As decisões retornariam a cada semana, como era de costume o diálogo constante entre o povo e o governo.

Mas Carlos ainda estava insatisfeito com a decisão da última reunião do conselho. No dia seguinte, pegou o transporte público para chegar à Unidade Básica de Saúde, onde é médico. Durante o trajeto no ônibus, que nunca ultrapassou 15 minutos, ele aproveitou para olhar, no seu *iPhone*, o aplicativo de estatística nacional do país. Gostou de perceber que, apesar do recente terremoto, o país caminhava a passos largos para sua reconstrução: a destruição da natureza dobrou; a atividade livre de plantação e a construção das cidades, multiplicadas por quatro. Agora precisava exercer suas

atividades livres, não mais 40 horas por mês, mas 60. Mas tudo isso valeria a pena. Quando tudo voltasse ao que era, poderia comer carne como soia.

Carlos guardou o celular e passou a observar o cenário da rua, enquanto viajava. Ele começou a pensar no seu livro de história, que carregava na bolsa. Ele reparava nas diferenças das sociedades entre a que vivia e a que estava lendo no seu livro. As civilizações de séculos atrás eram marcadas por pensamentos, valores e economias inteiramente distintas das civilizações atuais. Carlos imaginava como era o caos social constantemente naturalizado nas civilizações antigas:

– Na época, 1% dos mais ricos do mundo possuía riqueza equivalente a 50% da população mais pobre no mundo. Poucos tinham *iPhone*; trabalho (assalariado) e estudos eram vistos como mérito. Arte e lazer eram privilégios. O desemprego era estrutural: as pessoas brigavam entre si para obter uma vaga. Populações moravam na rua, dormiam no chão. As decisões políticas eram centralizadas; o individualismo era a norma. Não existia transparência no orçamento; as estatísticas eram forjadas. Nem todos possuíam água potável; tecnologia era concentrada. Pandemias cíclicas pertenciam àqueles tempos; depressão e ansiedade eram surpreendentemente expressivas. Não havia controle da natalidade. O poder social se distribuía de forma desigual pelo gênero. Continentes dominavam outros; o dinheiro e o lucro eram a finalidade das relações sociais; o Estado servia apenas para gerenciar o patrimônio dos ricos; a luta de classes era a própria dinâmica de tudo. Quanto avanço nós tivemos!

Seu livro ajudou a perceber a realidade de outra maneira. Para ele, sempre foi natural crianças e adultos desempenharem atividades livres juntos; não existir pessoas dormindo na rua; a política pertencer à vida cotidiana. Estudar e trabalhar sempre foram vistos como elementos necessários do ser humano se formar como tal. O pleno emprego sempre foi natural. O lucro, apesar de existir, não era um problema – pois os meios de produção são socializados. Mas Carlos concluiu que nem sempre a vida social foi assim.

Depois da atividade livre médica, antes de ir para casa, Carlos foi com a família ver uma exposição de arte na praça do bairro, porque adoravam arte. Eles dedicavam cerca de 30 horas por semana com atividades de pintura. Ele era artista plástico. Não era uma exposição diferente; era como qualquer praça de qualquer bairro. Mesmo assim, a família gostou do que viu. A esposa e os filhos queriam trabalhar hoje na plantação do bairro, à noite. Apesar de Carlos sentir vontade de continuar seus trabalhos de pintura,

concordou com a família que precisavam visitar a floresta. Isso o fazia esquecer sua insatisfação com a decisão do conselho. Ainda faltavam 20 horas das 60 horas mensais para cumprir.

No dia seguinte, Carlos pegou o transporte público para ir à Unidade Básica do Serviço Nacional do Lixo, onde é lixeiro. Neste dia, ele iria exercer mais horas de atividade livre, pois queria cumprir o quanto antes as suas 60 horas mensais do serviço. Ele gostava desse trabalho, mas estava irritado por estar consumindo menos carne injustamente. Neste dia cumpriria 10 horas de atividade livre em lixo. Depois, passaria no mercado para, à noite, continuar seus trabalhos de pintura. Ele estava trabalhando numa obra de arte inovadora. Ela retratava as sociedades antigas, em que o lucro era o centro das relações humanas – ao invés do ser humano.

No sábado, estava agendada a próxima reunião do conselho popular do bairro. Desta vez, Carlos chegou no horário, como todos. Ele pediu para o representante do conselho incluir na pauta a questão do hábito alimentar. Todos concordaram, sem problemas. Na sua vez de discursar, ele demonstrou sua consciência sobre a necessidade de reconstruir o país, de modo que, para diminuir o impacto ambiental, deveriam consumir menos carne. Mas ele também expressou seu incômodo por estar consumindo carne apenas uma vez por mês. Um conselheiro levantou-se e bradou:

– Carlos, para que haja um aumento no consumo de carne, sem prejudicar ainda mais o meio ambiente com a restauração do país, você deve propor, aqui na reunião, alguma medida que combine comer mais carne com o avanço da sociedade.

– Eu sei! Por isso proponho que todos nós possamos comer carne de animal até duas vezes por mês. Mas em uma dessas deve ser carne de animal marinho.

A discussão da pauta, com a nova proposta, continuou no conselho por mais uma metade de hora. No final, houve um consenso pela maioria: a proposta de Carlos foi encaminhada. As decisões da reunião foram encaminhadas para o aplicativo de celular do governo. Depois de duas semanas, o governo reconheceu o encaminhamento desse conselho. Uma nova lei sobre hábito alimentar foi sancionada.